

A desnaturalização do poder e do lugar da mulher na África Austral

Dagoberto José Fonseca¹ 

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Dossiê | Dossier | Dossier

DOI do artigo: 10.22481/odeere.v7i1.10521

RESUMO

Este artigo visa apresentar a África Austral, as suas diferentes relações socioculturais, tendo nas questões que envolvem as mulheres o seu foco de abordagem. A base teórica que baliza o artigo está voltada para uma ampliação e revisão bibliográfica e uma metodologia interpretativa das relações sociais. Desse ponto de vista a desnaturalização dessas relações é concebida a partir de diversas reflexões. Para tanto fizemos uso de uma gama de referências bibliográficas africanas, europeias e brasileiras para dialogar acerca das questões que envolvem o papel, o lugar e o poder da mulher e as violências cotidianas, sutis, simbólicas ou não que elas sofrem na África Austral, em especial em Moçambique e Angola.

Palavras chave: África Austral, poder, desnaturalização, mulher, violência.

The denaturalization of women's power and place in Southern Africa

ABSTRACT

This article aims to present southern Africa, its different sociocultural relations, with the issues involving women their focus of approach. The theoretical basis that guides the article is aimed at an expansion and bibliographic review and an interpretative methodology of social relations. From this point of view, the denaturalization of these relationships is conceived from various reflections. To this end, we used a range of African, European and Brazilian bibliographic references to dialogue about issues involving the role, place and power of women and the daily violence, subtle, symbolic or not that they suffer in Southern Africa, especially in Mozambique and Angola.

Keywords: Southern Africa, power, denaturalization, women, violence.

Submetido em: 27/03/2022 | Aceito em: 20/04/2022

Breve apresentação dos argumentos contextuais e conceituais

A divisão da África em diversas regiões, zonas, porções e territórios de influência cultural, política, econômica, psíquica, linguística, nos dá a dimensão de que estas divisões são feitas em decorrência das identidades coletivas, das memórias particulares, das histórias construídas antes de muitos de nós termos nascidos (WESSELING, 1998). O fundamental é termos a priori a ciência, a coerência e a consciência de que estas divisões são feitas para nos subtrair a possibilidade de sermos mais do que somos, enquanto humanos. Por isto geralmente as reflexões e estudos ocidentais sobre nós, africanas e africanos, se dão justamente a partir das marcas das diferenças, não das similitudes de nossas culturas, crenças e perspectivas sobre o ontem, o hoje e o amanhã.

¹ Dagoberto José Fonseca é professor-pesquisador da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e Coordenador do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN), do Laboratório de Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diversidade (LEAD) e Coordenador Científico do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (NUPE). E-mail: dagoberto.jose@unesp.br, Orcid 0000-0002-6279-6687

Assim, em primeiro lugar devemos repensar os conceitos e nos provocarmos a pensar na natureza social das concepções e das convenções. Deste ponto de vista, consideramos que esse artigo-ensaio deva ser um momento que propicia a reflexão sobre que a própria África Austral é um construto da natureza geográfica do continente africano, mas um construto social, pois foi inventada pelas agências de conhecimento e dos esquadrinhamentos do mundo elaborados tanto pelas potências e sujeitos presentes na Conferência de Berlim em 1884-1885 (WESSELING, 1998), mas, sobretudo, pelo cartesianismo vigente desde as ciências das luzes no século XVIII, segundo as visões euro-ocidentais.

Mas, não só, a África Austral é também uma conquista das lideranças, movimentos e pessoas que lutaram pela sua independência em todo o século XX. Ela é uma construção social e política que fora fundamentada e mantida pela força coercitiva e pelo poder de persuasão dos líderes independentistas africanos que a conquistaram enquanto uma reintegração de posse desta vasta área territorial que fora usurpada antes pelo antigo sistema expropriador europeu (FONSECA, 2007).

Os cartesianismos, os evolucionismos e os imperialismos de plantão que avançaram do século XVIII aos dias atuais em certo sentido são conhecimentos politicamente engajados na arquitetura social de dividir os seres humanos em mais humanos, menos humanos e não humanos, mesmo sendo todos *Homo sapiens sapiens* originários do continente africano (FONSECA, 2020). O projeto ideológico deste período era o de maximizar um humano e de subtrair a humanidade de outro e dos outros homens, mas principalmente das mulheres africanas. Colocá-las abaixo de toda a humanidade que somos nós, portanto no sul de nós mesmos.

O que queremos dizer com isto é que a África Austral, portanto não pode estar no sul da África ou do mundo conhecido definido pelas convenções e entendimentos que estabelecem o que está no Sul, no Leste, no Oeste ou no Norte, quando sabemos que o planeta é um círculo e nele e a partir dele se construiu a noção de em cima e embaixo, de um lado ou de outro lado, como se não fossemos partícipes de um círculo chamado Terra. E se nesse círculo não houvesse o movimento da terra - a rotação em torno de si mesma, ou ainda o seu movimento em torno do sol (translação). Simplesmente se fixa o planeta Terra no espaço, como se pudesse ser possível congelá-lo em um tempo e um ponto imutável, e se atribui politicamente e ideologicamente com teor cientificista que uns estarão sempre

embaixo, enquanto outros estarão definitivamente em cima, alguns estarão fixos no Leste e outros presos no Oeste.

Como se pudéssemos parar o planeta de seus movimentos citados acima e dizer simplesmente com cálculos sofisticados aqui o meridiano de Greenwich, o principal meridiano e que por uma coincidência, apenas um dado do acaso atravessa a localidade de Greenwich, onde se situa o Observatório Real Inglês, nas proximidades de Londres. Meridiano esse que divide o planeta Terra em oriente e ocidente por convenção estabelecida em 1851 por Sir George Biddell Airy. A pergunta que fazemos é quem legitimou essa convenção dos ingleses? Nação essa que definiu o que queria e o que não queria na Conferência de Berlim e se colocou como o centro capital do mundo.

Desta maneira, nos querem informar algo como se a natureza das coisas fosse assim mesmo e não haveria o que mudar nisto, justamente impondo a leitura de que é assim mesmo as coisas da natureza e da sociedade, ou, ainda, se informar e ensinar que a natureza e a sociedade são vivas, mas na essência elas não mudam. Esse é o caso do continente africano, em especial aqui a África Austral e as mulheres desta região do mundo que estão ao sul.

Esta é uma leitura que mantém o planeta na lógica da antiguidade europeia, ou melhor, a de que não saímos ainda da idade média euro-ocidental. Pois esta concepção nos coloca diante de um planeta que é posicionado como se fosse plano. De modo que somente o enxergamos até a linha do horizonte, pois é lá que nossa vista alcança. Mas, não vemos que há muitas outras linhas e mais outra e outras. Ainda assim, o planeta parece ser uma caixa, onde alguns ficam em cima, outros embaixo, outros nos lados, um onde o sol nasce e outro onde o sol morre, também se isto fosse possível no curto espaço de tempo de 1 dia ou de 365 dias. Assim, se lê que o planeta tem linhas retas, sendo um quadrado fixo e não uma bola que gira e faz seus movimentos, em seu dinamismo no universo sideral. Esta leitura é importante, pois revela a dificuldade em se perceber os movimentos e a dinâmica do mundo e que tudo pode mudar, pois tudo gira e nada é tão fixo nem na aparência.

Outra questão que trazemos a este artigo para falar de mulheres africanas e na África Austral e para a nossa reflexão é de considerarmos que não estamos tratando de descolonização, mas sim de desenraizamento, posto que o processo é de expulsão do outro do território, enquanto uma condição humana de saber

lidar com a existência do outro e de saber que ele existe e tem poder de modificar a nossa existência, justamente porque a sua presença nos provoca mudanças e alternativas para a convivência (KASEMBE, Dya, 2011).

Neste sentido, desenraizar é um outro esforço social, pois implica também em violência política e psíquica que se comete, à medida que visa retirar o outro, o hipotético e o real agressor, que está ao nosso lado e dentro de nós. Neste sentido queremos pensar que o outro que nos referencia e nos agride, nos pauta, constrói a nossa agenda, constrói as nossas lutas e o que e o porquê lutar contra e a favor de nós, mesmo estando aparentemente em oposição a eles (os outros – o estranho estrangeiro que ocupa as nossas vidas, as nossas terras e almas) é também o que nos oprime e violenta.

A base sociocultural e psíquica desse desenraizamento é o esforço de deixar de ser subalterno daquele que existe em nós. Este implantado por um mundo que todos influenciam a todos e a todo tempo, queiramos a nós ou não. Ou seja, de ter a força necessária para construir radicalmente uma proposta que se priorize a identidade comum do homem e da mulher, segundo a sua cultura e o seu lugar no mundo, desconstruindo o desejo e a vontade imposta de fora para dentro da comunidade dos iguais na diferença. Mas, pelo contrário elaborando no cotidiano o que já fazem as mulheres no seu desenvolvimento endógeno como preconizou Ki-Zerbo (2006).

Devemos considerar que o processo de conquista territorial (FERRO, 1996) e ideológico naturalizante elaborado pelas nações euro-ocidentais no continente africano e, nesta região da África Austral em particular, nos fez integrar um mecanismo maior que nos impulsionou para as realizações mais efêmeras e mais permanentes. Desde o ato de comer até o ato de dormir, de modo que um e outro são as duas coisas em si, efêmeras e permanentes. Este é o princípio da ética do trabalho imposto pelas nações euro-ocidentais n'África, na medida em que o trabalho serve para transformar a mim e a natureza, mas ao fazer isto estamos trabalhando também para o outro, que pode ser o nosso explorador, o expropriador da nossa força de trabalho, sendo ele inclusive um estrangeiro do solo que me viu nascer, crescer, morrer e enterrar os nossos, mas que esteve por muito tempo ali, porém ausente ao atendimento de nossas necessidades vitais, como abordou Aimé Césaire (2020).

A terra neste processo que é coletiva em sua função social, pode não ser se não a tivermos como terra comum. A terra nativa como um lar para os nossos, para os deles e para os outros. É neste processo de perda da identidade com a natureza social que somos é que infligimos à violência ao outro e aos outros que não conhecemos, que não convivemos, que não somos nós.

Assim, temos que esses são contextos e conceitos fundamentais para considerarmos o que tudo isto que estamos escrevendo acima tem a haver com o empoderamento das mulheres na África Austral, seja elas estando situadas em suas relações sociais, políticas, culturais, portanto, materiais e simbólicas no ambiente do campo ou da cidade, nas machambas ou nas ruas (CHIZIANE, 2002). À medida que as mulheres são e foram concebidas como pessoas com características comuns, ou seja, foram colocadas na faixa meridional/austral do mundo em todas as sociedades como se isto fosse naturalmente dado. Foram e continuam a ser situadas na sua imensa maioria em apenas na área sul, sendo poucas que estão ou estiveram na faixa setentrional ou na área norte de suas sociedades, por exemplo.

O empoderamento da mulher também tem seu vínculo íntimo com sua capacidade de conseguir sair da faixa meridional e ir para a setentrional, sem com isto expressar e viver as mesmas imposições apresentadas por aqueles que foram construídos para estar na faixa norte. Elas podem ser diferentes e fazerem diferentes destes, mas serão impelidas a repetir padrões e estereótipos destes ou daqueles naturalmente nortistas. Outro dado relevante nesta cultura política do empoderamento é a potencialização da mulher frente ao seu novo processo de descolonizar-se do seu outro, daquele que não é ela, mas que busca controlá-la, submetê-la a uma lógica de não conhecimento de si.

Entretanto, ainda, assim faz com que possamos compreender mais do que explicar ou justificar o fato que o conceito de empoderar está situado no campo semântico-político-ideológico do tomar para si o poder que não se tinha. No entanto, ao fazermos isso precisamos vislumbrar a partir de um caleidoscópio qual é o ângulo e lugar que nos posicionamos para buscar neste conceito um amparo ou anteparo cognitivo-prático.

Verificamos que esse conceito é originário do norte eurocêntrico. Todavia pode ter alguma aderência no sul global, ou, ainda na África Austral se considerarmos com a nossa visão crítica, analítica e interpretativa que as mulheres

dessa região africana não possuem poder nas sociedades que estão construindo cotidianamente, se simplesmente tecermos o fio condutor do conceito pela perspectiva liberal, burguesa, capitalista e representativa que busca na economia todas as explicações para a política e para a cultura. Quando é o inverso que se opera nas sociedades da África Austral é a cultura do grupo da comunidade nas machambas, nas feiras, nas ruas e nas casas que definem a política e ambas a economia (BERNARD, 2007)

Desta forma, temos que ponderar se esse conceito de empoderamento utilizado pelos movimentos sociais neste universo eurocêntrico faz sentido na África Austral somente ou justamente porque ele está relacionado às lutas política, econômica e cultural e na busca da liberdade psíquica e simbólica.

O empoderamento implica também em enfrentamento de corpos, de ideias e de ideais na arena política seja no âmbito público, mas especialmente no privado comunitário das sociedades d'África Austral de cultura bantu. É necessário assim informar que no ambiente público político as mulheres nessa região são bem representadas no Parlamento e nos órgãos do poder executivo, bem como tem um imenso poder material e simbólico no ambiente doméstico de suas casas e comunidades, inclusive com o seu acesso às machambas para produzirem a sua subsistência e, ainda, partilhar nas feiras os produtos excedentes que querem trocar ou vender (BERNARD, 2007).

No entanto, elas vivem violências sociais as mais diversas tanto como aquelas que estão situadas em outras partes do mundo. Todavia, as mais comuns são aquelas que estão localizadas no ambiente doméstico e, ainda, comunitário, posto que as famílias não são drásticas e isoladamente nucleares como as euro-ocidentais. Elas são extensivas com estruturas calcadas nas tradições culturais e étnicas, regionais e locais, com os laços de consaguinidade e de afinidade (BERNARD, Ana, 2007; KASEMBE, Kye, 2011; RADCLIFFE-BROWN, 2013).

Deste modo, as violências estão situadas nas próprias comunidades mais do que nas casas, como as concebemos segundo a perspectiva euro-ocidental. As casas são apenas espelhos refletidos da sociedade local – a comunidade, o que implica em considerarmos os casamentos prematuros (REPÚBLICA de MOCAMBIQUE, 2015) de meninas que se tornam mães muito recentemente após as primeiras menstruações e que serão envolvidas em cerimônias e em dotes (lobolo e o alambamento) como parte das alianças comunitárias entre famílias,

linhagens e grupos sociais, geralmente definidos por homens, segundo as tradições criadas e inventadas pelos mesmos. (BÉRNARD, Ana, 2007; KASEMBE, Kye, 2011)

A violência doméstica é comunitária

A violência doméstica também é parte deste caldo de cultura que produz homens na África Austral e em outras partes do mundo (continentes, países, nações) que são fruto de uma leitura de mundo que não se pode mudar o que foi falsamente construído pela natureza, justamente porque isto os retira do lugar de mando, os faz girar, os faz também se desenraizar do poder que não querem perder do ponto de vista sociocultural e político dentro e fora do ambiente doméstico.

A violência que ocorre no lar, em nossa terra nativa, em nossa terra comum, tem ingredientes ímpares, posto que ela não se dá no desconhecimento do lar e de quem reside. As violências existentes que atingem as mulheres africanas, na África Austral e na maioria dos países do mundo são mais presentes no ambiente doméstico, não na casa propriamente dita, mas na comunidade em que habitam, como seres do lugar e que fazem dele seu lugar de vida possível diante de um parco ou enorme repertório de possibilidades.

Nesse sentido, ela é a violência “não cometida”, mas invisibilizada, ensurdecida, amordaçada pelas estruturas socioculturais do lugar (OSÓRIO, Conceição, 2016). Não porque elas são violências sutis, mas porque já foram naturalizadas, são permanentes, racionais e emocionais, sendo ambientadas e adaptadas pelos discursos e pelas práticas tradicionais, como enfatiza Ana Bérnard da Costa (2007) acerca dos casamentos e suas fragilidades em decorrência dos homens terem mais de uma mulher e família, no caso de Moçambique:

A família é mais do que a soma dos indivíduos que a compõem e que, se a instabilidade das uniões pode gerar rompimentos, tanto entre os indivíduos e a unidade social de origem ou aliada como entre famílias aliadas, isso não significa que essas unidades se desagreguem ou que novas alianças não possam ser fomentadas ou que os indivíduos não tenham a possibilidade de criar ou de se incorporar noutras unidades sociais similares. Todos esses processos podem ocorrer, são dinâmicos e podem ter “retrocessos” (BÉRNARD, 2007, p. 91).

A autora acima continua em sua análise a respeito das fragilidades e das adaptações das uniões conjugais em Moçambique e diz:

A fragilidade dos laços matrimoniais não significa a desestruturação da família. Pelo contrário, a flexibilidade desta unidade social permitiu o desenvolvimento de estratégias de reprodução social adaptadas a um contexto social e económico que exige uma grande versatilidade de práticas e a articulação permanente de valores opostos (BÉRNARD, 2007, p. 91)

Muitas vezes, a violência física, aquela que deixa marcas no corpo, é também vista como uma das modalidades de não violência, pois são sentidas ou concebidas como parte de movimentos de raiva, de emoção, de ciúme, de amor inconfido de um homem contra a sua mulher. Essas violências ocorrem no espaço supostamente íntimo do lar, no território mais provável da vida amorosa e no ambiente mais propício a solidariedade entre pessoas que se acredita optara pela convivência no longo prazo, alguns até a morte, e em paz.

É deste modo que a violência doméstica se consagra como uma violência sistêmica, naturalmente dada, e que, por vezes, não se acredita que ela ocorra neste lugar aonde se constrói a família – a célula mater da sociedade, como se dizia no passado e se continua a dizer no presente. Tudo isto porque esta é uma violência que se confunde com a própria natureza das relações humanas, nem sempre são sentidas e concebidas como violência, mas como algo normal entre humanos que se gostam, se amam e dormem até juntos por um longo período da vida.

A violência doméstica em qualquer lugar e em todo lugar ocorre atingindo, na maioria das vezes, os mesmos – mulheres e crianças de maneira direta e objetiva. De modo que este é um problema social que não é prerrogativa exclusiva dos habitantes do continente africano e nem tão pouco da África Austral. A violência doméstica que atinge os mais vulneráveis no lar tem se tornado uma preocupação de diversas instituições mundo afora, especialmente aquelas que lidam com os direitos humanos, com a saúde, com a cultura, pois a manutenção deste flagelo no ambiente doméstico fere de morte o futuro sadio das sociedades, de suas economias e de sua capacidade de produzir projetos políticos em prol de todos.

Neste sentido, essa violência, como outras, também é um problema eminentemente cultural e político, como a que muitas mulheres e crianças foram submetidas em toda a África Austral como os movimentos de resistências aos partidos políticos no poder e que geraram guerras civis, intestinas e fraternas, como

as que ocorreram em Angola e Moçambique. Em que as mulheres e as meninas foram violentadas de quase todas as formas, como nos conta Lina Magaia em sua obra “Dumba Nengue” (1990, p. 7-8) em seu capítulo “A menina que nem sonhos tinha”.

A violência e as violências merecem a atuação séria, coerente e responsável dos grupos e movimentos socioculturais da sociedade civil, do Estado, das autoridades dos governos em todas as suas esferas de poder e dos partidos políticos, seja em Angola, seja em Moçambique, por exemplo, as associações de mulheres têm realizados ações neste sentido, mas elas estão presentes de maneira atuante em todas as nações d’África Austral, solicitando mudanças culturais, promovendo encontros em todas as regiões de seus países a fim de assegurarem que as alterações das tradições sejam modificadas pelo bem delas, mas de toda a sociedade.

Desta forma, se considerarmos que não há relativismo cultural, nem busca de compreensão ao flagelo que é a violência e suas formas mais atuais e arcaicas, identificamos essas ações como um problema que se torna social e político, mas, ainda, não um problema pedagógico e judicial sistematizado e aplicado corriqueiramente quando se tem casos de violência física, inclusive de ordem sexual, em diversas regiões da África Austral, mas voltamos a considerar que essa realidade não é uma exclusividade desta região do mundo. Ela é uma prática constante em diversas localidades na África e nos demais continentes que necessitam ser estudada, enfrentada, de modo a se construir ações de intervenção nesta realidade também pelas instituições sociais que produzem conhecimento novo e sistêmico, isto é, as universidades.

As instituições de ensino e de pesquisas sistematizadas como as universidades e diversas outras instituições de Estado e seus profissionais, estudiosos e cientistas, tem o dever moral, ético-político de estudar e intervir nestas relações socioculturais e político-econômicas, sobretudo para não estarem atuando enquanto cúmplices de delitos anunciados e conhecidos. Além do que estarem condenando gerações inteiras de meninas e de mulheres aos distúrbios e patologias psíquicas, o que tem impedido o seu desenvolvimento pessoal e social, inclusive na arena econômica e política. Este é o caso das instituições e universidades que estão localizadas em toda a África Austral, pois essas instituições são também organizações de caráter

social, cultural, público e estatal e que podem e devem alterar as realidades socioculturais em suas áreas territoriais de atuação.

As universidades e docentes que fogem deste enfrentamento estão fugindo, se omitindo, e mantendo esta prática social que é criminosa, que aborta crianças, mulheres e sonhos, portanto ao se eximir do bom combate o praticam indiretamente dentro e fora de seus lares, pois esquecem que ao combater hoje este crime também protegem os seus filhos, os miúdos e, especialmente as miúdas no futuro.

No entanto, é importante fazer a ressalva que o agressor, geralmente o homem, o marido, o pai ou o parente próximo, ou, ainda, o agregado também é sistematicamente violentado dentro e fora de casa sendo, portanto, ao mesmo tempo vítima e algoz. Ou seja, os homens na sua maioria vivem o paradoxo de ser o criminoso e a vítima ao mesmo tempo. Daí é importante considerar que esse problema é algo complexo, pois envolve um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos, psíquicos, obviamente culturais.

Todavia, se este é um problema que também deve ser enfrentado pela sociedade como um todo, inclusive pelas universidades, à medida que este crime está vinculado a dois fatores concorrentes, isto é que correm juntos, a saber. Em primeiro lugar o fato de que o homem tem perdido espaços sociais em todas as nações, pois deixou de se atualizar em um mundo em franca e rápida mudança. O fato de ter perdido espaço o fez perder uma identidade de provedor, de cabeça do lar, de herói. O homem perde o seu lugar no mundo, pois perde a sua função social dada pela cultura e pela tradição inventada, mantida e hegemônica por ele. Um homem sem função social é um homem perigoso, pois se torna ocioso sobre si mesmo e deixa de ter o poder material e simbólico que tinha antes.

A imensa maioria destes seres humanos do sexo masculino, concebidos sociocultural e psicologicamente como homens, continuam presos, ainda a ideia de que a terra é uma mesa, um tabuleiro, onde ele naturalmente fica ao norte (em cima), enquanto a mulher fica ao sul (embaixo) (BOURDIEU, 2003; NADER & CAMINOTI, 2022)

Portanto, mantendo uma visão fixa, imutável de que não há movimentos no universo, não existe a translação e não existe a rotação. Logo não existe mudança alguma que seja boa. Esta é uma lógica bem masculina ou daqueles que tem o

acesso ao poder. Assim, quem tenta mudar estas posições e estes movimentos está atentando contra a vida e a natureza das coisas. Esta é uma posição e um pensamento que está preso à antiguidade e ao medievalismo euro-ocidental, mas também as tradições de diversas nações e etnias africanas.

Em segundo lugar e em íntima relação com o que foi dito antes a perda de poder material e simbólico do homem deu-se na estreita condição social e político-econômica concebida pelas mulheres, pelas crianças, pelos adolescentes e jovens em diversas sociedades mundo afora.

Não vamos aqui fazer um tratado para explicar ou justificar este processo, nem tão pouco historicizá-lo ou dar-lhe uma base antropológica, pois o que interessa neste momento é pontuar que o poder masculino está em decadência, pois a figura de herói, do homem como detentor do pater poder, do pai e do marido forte e que não chora, mas que luta ombro a ombro com os seus perdeu aderência à medida que todo poder, e este também começou a ser problematizado, questionado pela sociedade, entre as quais pelas mulheres, pelas crianças, pelos adolescentes e pelos jovens. Eles iniciaram esse processo de desnaturalizar o poder do "maioral" em todos os lugares, inclusive no interior da casa.

Isto é os ventos utópicos da revolução burguesa, ocorrida na França no século XVIII, que pregava a liberdade chegou aos lares, bem como a revolução socialista, criada na Rússia no início do século XX, que exigia a igualdade também chegou às casas de diversas partes do mundo, sobretudo enquanto um valor cultural e moral instituído no contexto do processo das lutas independentistas africanas, especialmente aquelas ocorridas na África Austral que foram mais duradouras e encarniçadas do continente, pois se de um lado havia o conquistador português, francês e inglês, de outro havia o apartheid que deveria ser varrido para a liberdade e a igualdade serem fecundados e frutificarem a fraternidade nesta parte do continente-pai- a África. Assim, o poder masculino, o rei da casa começou a perder a coroa e alguns também a cabeça (material e simbólica).

A conquista do poder: o processo de empoderar-se

O empoderamento da mulher passa pelo fato dela ter conseguido diagnosticar que é parte desta natureza e deste trabalho transformador que o

homem, o seu outro radical, se colocou a fazer desde a aurora dos tempos, quando conseguiu dominar o fogo e quis apagar o da mulher. Colocando-a na caverna (a casa) e afugentando tudo e todos que gostariam de chegar perto de sua presa, posse naturalmente dada por outro homem – o pai dela - mediante trocas materiais e simbólicas também.

A mulher desde há milênios aprendeu a construir resistência a este universo social, político-ideológico construído pelos seus pares opostos radicais. Em casa, elas não ficaram e não ficam paradas, inertes, mortas, elas aprenderam e continuam a aprender na escola do lar a ser e a se fazer resiliente, durável e flexível ao mesmo tempo, pois mais frágil que possa aparentar aos seus filhos, vizinhos, parentes e até mesmo aos seus torturadores íntimos (pais, maridos, tios e irmãos mais velhos). Elas não são e não foram submissas, mas foram tornadas submetidas a uma condição social, política, econômica, psíquica e cultural dada ideologicamente pelas feições e forças masculinas.

O poder da mulher passa pelo poder da fêmea, do feminino, se ver como um sujeito de força, de construção social do próprio protagonismo no cenário político-cultural de qualquer sociedade, isto também não é uma exclusividade da África Austral. É, neste quadro, que o poder feminino se constrói também na sua relação com o poder da criança, o outro do adulto, do homem-pai.

Assim, o empoderamento feminino, da mulher, também passa pelo poder que vem da mãe enquanto genitora do futuro e do presente em qualquer sociedade. É imprescindível que elas tenham a ciência e a consciência de que este seu poder também modifica o conjunto de relações sociais que implicam no controle do sistema de parentesco, nas linhagens, pois são agentes-sujeitos fundamentais na construção destes sistemas, atualmente coordenados e formulados por homens de poder e sem poder, mas que se fazem poderosos na relação com estes outros - mulheres e crianças – à medida que são os “donos de famílias”. Assim, tratar do empoderamento da mulher é abordar uma revolução social que tem sua base na caverna a milhares de anos (CHAUÍ, Marilena, 1984; COLLINS, Patrícia, 2000).

Falar, pensar e atuar neste processo social é sempre difícil, pois o que está em jogo é a capacidade de um ou de outro de manipular o poder e de roubar poder. Os homens ao longo da história foram roubando poder do feminino, desde a mais tenra idade e de modo que quando a criança chega à fase adulta já não

mais se sente roubada, pois somente enxerga a natureza de um processo. Assim, se vê impotente, pois não sabe e constata erroneamente que não tem como mudar. Tomando a velha oração célebre masculina como sua – “mudar para que? Foi sempre assim mesmo e é assim mesmo”.

Daí se confunde, mas é como se entende que o poder masculino e o "não poder feminino" estão dentro de uma tradição que mantém tudo como era antes. Esta é uma falsa questão, pois as mulheres não são seres de não poder, bem como não é verdade que os homens são detentores de e do poder naturalmente dado. Nada disto é absolutamente verdadeiro.

A tradição é inventada, reinventada, transformada tantas vezes se queira, justamente por isto que as mudanças são possíveis e elas nos fazem seres dinâmicos, com capacidade de mudar a cultura, o hábito, o comportamento de ontem, hoje. (HAMPATÉ BÂ, 1982). Mas, também podemos ter a capacidade de retornarmos a um passado mais distante à medida que queremos reconstruir a tradição sob os pilares e as ruínas da antiga cidade, do antigo lar e da antiga vida que se tinha nas savanas e planícies africanas, onde homens, mulheres, crianças e adolescentes caminhavam juntas, antes de um sedentarismo violentador, mas aparentemente carinhoso e protetor.

O fundamental é considerarmos que é possível fazer as mudanças, às vezes de maneira rápida, com choques e sustos, às vezes sem solavancos ou barulhos, de modo que estas mudanças que são tão sutis, são as que se fazem mais permanentes, pois poucos a notam como um processo social e político de mudança e que nos dão uma outra utopia ou outra alternativa diante do que é hegemônico e certo, especialmente quando Appiah (2012) aborda “a guerra contra as mulheres” no livro “O código de honra”.

Nisto podemos constatar que a tradição e a modernidade não são opostas, mas complementares e concorrentes. É com esta base que tenhamos que dialogar também em torno deste paralelismo que existe entre sexo, gênero, cultura e poder, notadamente quando temos como parte deste cenário outra relação binária saúde e doença (WERNECK, Jurema et.all, 2000). Assim é que as doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez na infanto-adolescência também é um dado sociocultural que está conectado com o que nos foi legado e como nos legaram, enquanto cultura humana para mulheres e homens da África Austral.

As recentes pesquisas revelam que as mulheres, sobretudo as adolescentes e às jovens pelo mundo afora, e em especial nos países em desenvolvimento econômico ou em países de Estados novos, de ampla vulnerabilidade social e com poucas conquistas de segurança alimentar, tem sido vítimas direta e indireta da violência doméstica e junto com ela com a gravidez.

A tentativa de sair de casa destas “pequenas miúdas mulheres” tem impactado de maneira gritante sobre as suas vidas e de suas proles. O que nos coloca novamente o papel de irresponsabilidade social dos homens, mas também a função política do Estado e dos governos instalados, estranhamente estados e governos hegemônicos por homens e com razoável participação feminina quando comparadas aos homens que estão no poder, como é o caso dos parlamentos nas nações da África Austral, onde elas estão “bem representadas” de maneira razoável.

Mas, isso é apenas um dado quantitativo, não se revela um valor qualitativo a pura representação numérica nos parlamentos, posto que a maioria das demandas é secular, antiga, profunda e naturalizada, inclusive por outras mulheres com ou sem poder que ao visarem alterar situações sociais diversas com as de vulnerabilidade alimentícia, de segurança nutricional no cotidiano se perdem na ânsia de resistir e não saber qual é o rumo correto e de como resistir diante das relações sociais, dos valores tradicionais e das pressões da vida moderna e contemporânea proposta pelos sistemas econômicos euro-ocidentais e pelas culturas individualizantes que também fragilizam as relações comunitárias e familiares apregoadas por organizações sociais que se dizem defensoras dos direitos humanos e das agências de desenvolvimento e cooperação para a África (FONSECA, 2009b, NHAVOTO, 2018).

Neste contexto, o papel das associações de mulheres, das organizações femininas não governamentais e daquelas vinculadas ou subordinadas às estruturas partidárias devem continuar a construir a sua agenda de alteração das coisas naturalmente dadas, tais como o direito a terra, a creche, a posse da casa e a seu corpo (FONSECA, 2009a; BASSIANO & ARAÚJO, 2018). Entretanto esta agenda só poderá ser forte, consistente, responsável com o futuro delas e de suas proles, bem como de suas mães e avós se colocarem no desafio de irem para a escola, se educarem para a mudança de si e de outras. Diante disto que a educação feminina é uma necessidade não somente para a melhoria de sua

qualidade de vida, mas também é uma garantia de sua liberdade, de mais igualdade e equidade de gênero (SEN, 2000). Entretanto isto não significa que estejam mais protegidas das violências, mas as prepara e as potencializa para enfrentarem com maior capacidade esta situação social.

Vale salientar, enfim, que a seguridade alimentar, a qualidade nutricional e a melhoria da educação com a inserção de mais mulheres nas escolas em todos os níveis nos espaços decisórios, inclusive nas universidades e nos demais postos de poder do país e das cidades, também influenciam no cotidiano dos milhões de lares não somente os da África Austral, gerando também mais democracia, mais igualdade, mais liberdade e possivelmente mais fraternidade ao longo do tempo, mas como o tempo é rápido a mudança não começará amanhã, mas já começou ontem (BÉRNARD, 2007).

Hoje vemos essa realidade de mudança com mais efetividade, especialmente quando observamos o espírito ativo do vírus de mudança, de revolução social e intestina perpetrada pelas lideranças independentistas e do movimento anti-apartheid (MATEUS, 1997). Consideramos que as universidades e as demais instituições de ensino, de pesquisas e de ações intervencionistas são fundamentais e são legítimas as suas ações com os seus ativistas (pesquisadores, estudiosos, intelectuais). Eles e elas partem deste processo que não para de fazer mudanças sociais e materiais, simbólicas e sutis nas ações educativas e intervencionistas na África Austral.

Enfim, o que se sabe, como já foi dito antes, é que essa não é uma realidade complexa apenas para a África Austral, ela é para todos os países do mundo, em maior ou menor grau, o que implica em vermos, analisarmos, explicarmos, compreendermos, interpretarmos e até em certo sentido justificarmos como esses processos complexos atingem todo o continente africano, posto que as relações sociais e as relações de gênero estão imbricadas em sistemas culturais, políticos, econômicos, religiosos, filosóficos e linguísticos.

Patriarcados, machismos, hedonismos, misoginias e sexismos também são postos nas questões que envolvem os estudos culturais e os de ordem biológica, da saúde da mulher e da sua capacidade de gerar pessoas, logo das comunidades/sociedades, como nos informa Boubou Hama e Joseph Ki-Zerbo ao afirmarem que:

[...] a mulher africana é utilizada também como objeto de prazer e de decoração, como nos sugerem as que são mostradas envoltas em tecidos de exportação ao redor do rei do Daomé ao presidir uma festa tradicional. Mas do mesmo espetáculo participavam as amazonas, ponta de lança das tropas reais contra Oyo e os invasores colonialistas na batalha de Cana (1892). Pela sua participação no trabalho da terra, no artesanato e no comércio, pela sua ascendência sobre os filhos, sejam eles príncipes ou plebeus, por sua vitalidade cultural, as mulheres africanas sempre foram consideradas personagens eminentes da história dos povos. Houve e ainda há batalhas para ou pelas mulheres. Porque as próprias mulheres muitas vezes desempenharam o papel de traidoras ou sedutoras. Como no caso da irmã de Sundiata ou das mulheres enviadas pelo rei de Segou Da Monzon às bases inimigas. Apesar de sofrer uma segregação aparente nas reuniões públicas, todos sabem na África que a mulher está onipresente na evolução. (HAMA; KI-ZERBO, 2010, p.29-30).

Não vamos aqui abordar especificamente as mulheres ícones nas diversas lutas sociais e políticas no continente africano, tais como as personalidades do porte da Rainha Nzinga de Matamba², de Kimpa Vita³, de Luedji⁴, o de Amina⁵, que no século XV conquistou para Zaria inúmeras terras e aldeias que ainda levam o seu nome, nem tampouco de Graça Machel⁶ ou de outras de nossa contemporaneidade, posto que elas não estão em situações de busca de poder, elas o tem, o são e o usa/ram na sua vida cotidiana. Elas não são as mulheres anônimas que estavam ou estão destituídas de poder ser, de ter, de estar, de existir como a imensa maioria daquelas que nos dirigimos neste breve artigo.

Em suma, esse é um artigo-ensaio que é uma contribuição para o diálogo. O escrevemos para nos situar na África Austral, não como brasileiros, afro-brasileiros ou negro-brasileiros, mas como africanos-brasileiros da 6ª região d'África. Assim, estamos juntos para fazer a concorrência com as mudanças estando aqui ou lá, somos acima de tudo e sempre seremos africanos que buscam na natureza das coisas as alterações da vida social posta em nossos cotidianos. Deste ponto de vista, as mulheres na África Austral exigem mudanças socioculturais urgentes não contra os homens, mas a favor das suas sociedades.

² Rainha Nzinga dos reinos de Matamba e Ndongo.

³ Kimpa Vita conhecida como a mãe da unidade africana. Ela tentou unificar o reino do Congo.

⁴ Luedji que recebeu o título de Swana Mulunda (mãe do povo Lunda).

⁵ Amina que no século XV conquistou para Zaria inúmeras terras e aldeias que ainda levam o seu nome em toda a **região haussa**.

⁶ Graça Simbine Machel Mandela é uma política e ativista dos direitos humanos de Moçambique e da África do Sul. Ela é a única mulher do mundo a ser primeira-dama de duas nações soberanas, tendo sido de 1976 a 1986 em decorrência de seu casamento com Samora Machel, o primeiro presidente de Moçambique independente e, depois se casou em 1998 com Nelson Mandela, o primeiro presidente negro da África do Sul, pós-apartheid.

Referências bibliográficas

- APPIAH, Kwame Anthony. **O código de honra**: como ocorrem as revoluções morais. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- BASSIANO; Victor; De LIMA; Cláudia Araújo. **Casamentos prematuros em Moçambique**: Causas e consequências do abandono escolar, 2018. <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v8i2.43085>
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CÉSAIRE, AIMÉ. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Editora Veneta, 2020.
- CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- CHIZIANE, Paulina. **Niketché**: uma história de poligamia. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment (2nd ed.). NY: Routledge, 2000. Disponível em <https://uniteyouthdublin.files.wordpress.com/2015/01/black-feminist-thought-by-patricia-hill-collins.pdf>
- COSTA, Ana Bérnard da. **O preço da sombra**: sobrevivência e reprodução social entre famílias de Maputo. Lisboa: Editora Livros Horizonte, 2007.
- FERRO, Marc. **História das colonizações**: das conquistas às independências – séculos XIII-XX. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- FONSECA, Dagoberto José. **As fronteiras móveis do continente africano**: construções étnicas e estranhas à África. In: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. Renato Emerson dos Santos (Org.). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.
- FONSECA, Dagoberto José. **Angola, Moçambique e Brasil**: línguas, identidades e relações étnicas – desafios e interpretações. In: Convivência na diversidade: cultura, educação e mídia. Clodoaldo M. Cardoso (Org.), Bauru/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.
- FONSECA, Dagoberto José. **Nas marolas do Atlântico**: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal. Relatório Científico (Pós-doutorado), Campinas: Faculdade de Educação, UNICAMP, 2009a.
- FONSECA, Dagoberto José. **Os direitos humanos, a América Latina e a África**: uma avaliação do humanismo hipócrita. In: A hora dos direitos humanos na Educação. Sebastião de Souza Lemes et. al. (Org.), São Carlos: Editora Rima, 2009b.
- FONSECA, Dagoberto José. O fazer científico e o conhecimento africano: pistas e esboços – um breve diálogo, mas necessário. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 13, n. 36, p. 7-31, maio 2021. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1251>

HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In **Metodologia e Pré-História**, História Geral da África, São Paulo, Editora Ática/UNESCO, Coord. Joseph Ki-Zerbo, Vol. 1, 1982.

KASEMBE, Dya. **As mulheres honradas e insubmissas de Angola**. Luanda: Editora Mayamba, 2011.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2006.

MAGAIA, Lina. **Dumba Nengue**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência**: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Mem Martin, Portugal: Editorial Inquérito, 1997.

NADER, Maria Beatriz & CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder**: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. Disponível em: [Microsoft Word - 1400262820_ARQUIVO_Generoepoderaconstrucaodamasculinidadeeoexerciciodopodermasculinonaesferadomestica.rtf \(anpuh.org\)](https://anpuh.org/1400262820_ARQUIVO_Generoepoderaconstrucaodamasculinidadeeoexerciciodopodermasculinonaesferadomestica.rtf)

NHAVOTO, Aida. **Avanço e desafios nos direitos humanos das mulheres em Moçambique e no mundo**, 2018.

OSÓRIO, Conceição. Entre a Denúncia e o Silêncio. Análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica. Maputo: WLSA Moçambique, 2016.

REPÚBLICA de MOCAMBIQUE. **Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros em Moçambique** – 2016-2019, aprovada na 42ª Seção Ordinária do Conselho de Ministros, 2015.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras** – nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar**: a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ/REVAN, 1998.